



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 24 de setembro de 2024

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,38% São Paulo	133.747	R\$ 5,535 (+0,26%)	R\$ 1.412	R\$ 6,152	10,65%	10,66%	Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02
0,15% Nova York	18/9 19/9 20/9 23/9	Últimos					
		17/setembro 5,660					
		18/setembro 5,461					
		19/setembro 5,424					
		23/setembro 5,521					

CONTAS PÚBLICAS

Gov. não vai abrir mão da compensação

Número dois da Fazenda diz que equipe econômica vai voltar ao Supremo para poder usar "dinheiro esquecido" nos bancos

» RAPHAEL PATI
» VICTOR CORREIA

Washington Costa



Dario Durigan, secretário-executivo da Fazenda, ontem, na apresentação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 4º bimestre

Apesar das críticas de especialistas de que o governo está querendo confiscar o dinheiro de brasileiros e brasileiras esquecido nos bancos. Na apresentação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do 4º bimestre, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, ontem, que a equipe econômica não abre mão da "compensação integral" da desoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores de municípios com até 156 mil habitantes. Ele ainda sinalizou que o governo voltará ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso os valores esquecidos em contas bancárias não sejam considerados uma contrapartida válida para que o governo consiga fechar as contas para cumprir a meta fiscal prevista no arcabouço.

"Se isso não for entendido como compensação válida, será preciso voltar ao Supremo e dizer que ficou faltando parte da compensação. Simples assim. A gente nunca vai abrir mão da compensação da desoneração. Não vamos compensar R\$ 8 bilhões a menos", disse Durigan, durante a apresentação do mais recente relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do governo. Ele não detalhou, contudo, se, nesse caso, o governo enviaria uma nova medida ao Congresso nem que medida seria.

Em nota técnica enviada a parlamentares na semana passada, o Banco Central afirmou que a incorporação dessas cifras no resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem considerar os juros da dívida pública) estava "em claro desacordo com sua metodologia estatística, indo de encontro às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e ao entendimento recente do STF sobre a matéria". Ontem, a equipe econômica detalhou os dados do relatório de receitas e despesas relativo ao quarto bimestre, divulgado na sexta-feira, ampliando em R\$ 2,1 bilhões o bloqueio de gastos, para R\$ 13,3 bilhões, depois

de um descongelamento de R\$ 1,7 bilhões, que causou mais confusão entre os analistas gerando críticas, evidenciando que o governo persegue o piso da meta, de um rombo fiscal de R\$ 28,8 bilhões, ou 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), em vez do déficit zero.

Gustavo Guimarães, secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, disse aos jornalistas que o "esforço do governo" é manter a meta atual. Para ele, alterar a meta neste momento seria "morrer na praia" e, por isso, a equipe econômica trabalha todos os dias para que não haja o descumprimento do objetivo fiscal estabelecido e que uma mudança na reta final do ano seria "inviável". "Isso não está na mesa. Depois de todo o esforço, você ter o custo de alterar a meta em 2024 vai contra a nossa racionalidade", completou.

O número dois da Fazenda acrescentou que a equipe econômica sente um certo "incômodo" sobre as críticas de analistas do mercado financeiro sobre o cumprimento da meta. "Temos o equilíbrio fiscal como fundamento da política econômica. Por isso, temos feito um esforço maior para ajustar as contas do País e cumprir as metas. Há um incômodo quando a gente percebe alguma irracionalidade da repercussão. O fato é que o fiscal se recuperou e tem superado as expectativas", afirmou Durigan.

Na avaliação do economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, os números divulgados no último relatório podem ser considerados negativos como retrato da situação fiscal e para a credibilidade das projeções. "Foi preciso encontrar elevado volume de receitas não recorrentes para

praticamente evitar cortes de despesas discricionárias em busca do cumprimento da meta de primário, mesmo com obrigatórias crescendo", disse.

Para o professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Newton Marques, a meta de zerar o déficit fiscal neste ano é utilizada como estratégia para reduzir os gastos. "O Banco Central e o mercado financeiro sentem um desconforto quando o Governo Federal aparenta que vai descumprir tanto o déficit público zero, como as regras flexíveis do arcabouço fiscal", destacou.

Alckmin

Durante o lançamento da terceira etapa do programa Brasil Mais Produtivo, realizado na sede da Federação das Indústrias de São

Paulo (Fiesp), o presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, disse que o governo cumprirá "rigorosamente" o arcabouço fiscal. Ele argumentou que houve um "pequeno descontingenciamento" motivado pelo aumento de arrecadação, recebendo críticas pelo descongelamento de R\$ 1,7 bilhão do Orçamento de 2024.

"O governo tem compromisso com o arcabouço fiscal. Vai cumprir o rigorosamente. Em 2022, qual era a carga tributária brasileira? 33,07% do Produto Interno Bruto (PIB). Quanto foi a carga tributária ao final do ano passado? 32,04%. Ela caiu 0,6%. E quando abre os três níveis de governo, os municípios aumentaram a carga tributária um pouquinho foram os estados, e muito, foi o federal", declarou o vice-presidente. (Com informações da Agência Estado)

Haddad e Lula cobram agências

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), se reuniram, ontem com representantes das agências de risco Moody's e Standard & Poor's (S&P). O encontro serviu para o governo cobrar aumento da nota do país, que está a dois degraus abaixo do selo de bom pagador, e explicar as medidas econômicas que estão sendo implementadas desde o início do mandato do atual presidente.

Segundo o ministro, Lula questionou os representantes das agências sobre o que ainda faltaria para o Brasil alcançar o chamado grau de investimento — que indica que o país não corre risco de dar calote nos devedores. Atualmente, o Brasil está no chamado grau de especulação, em que a probabilidade de um calote acontecer aumenta à medida em que a nota diminui.

O objetivo de Lula seria atingir o grau de investimento antes do fim do atual mandato. O ministro da Fazenda revelou, em entrevista para jornalistas, na saída da reunião, que o presidente teria lhe questionado sobre a possibilidade de isso acontecer. Em todas as três principais agências de risco ainda não atingiu o grau de investimento. Pela S&P e Fitch Ratings, em que o sistema de avaliação é muito semelhante, a nota do país é 'BB'. Já pela Moody's, que possui diferenças de nomenclatura, o país está avaliado como 'Ba2'.

"Não tem muito cabimento o Brasil não tem grau de investimento. [...] Agora, de novo, tem uma dinâmica. Você não muda uma chave da situação herdada para a situação almejada de um dia para o outro. Mas a convicção que eu tenho, ouvindo tudo o que eu ouvi, é que nós estamos no caminho e vamos tentar acelerar o passo o mais rápido possível", acrescentou o ministro. (RP)

MERCADO FINANCEIRO

B3 volta a cair à espera da ata do Copom

» FERNANDA STRICKLAND

O mercado financeiro inicia a semana com as atenções voltadas para a ata do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central que será divulgada hoje. A expectativa é de que o documento traga mais detalhes sobre a decisão da última semana, quando o BC elevou a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano.

A ata deverá indicar os próximos passos da autoridade monetária em meio ao cenário de inflação persistente e de crescimento econômico mais acelerado do que o previsto. Além disso, deverá repercutir a decisão do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano, que ampliou em R\$ 2,1

bilhões o bloqueio de gastos, totalizando R\$ 13,3 bilhões.

Com a inevitável piora do quadro fiscal, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou em queda pelo quinto pregão consecutivo, recuando 0,38% a 130.568 pontos. E, para voltar ao pico de 137 mil pontos, alcançado há um mês, o Índice Bovespa (Ibovespa) precisaria subir, pelo menos, 5%.

Após um agosto considerado ótimo, a Bolsa já afundou 4% em setembro. Já o dólar sobiu 0,49%, cotado a R\$ 5,54 para a venda.

Segundo João Kepler, CEO da Equity Fund Group, as recentes quedas do Ibovespa mostram um pessimismo do mercado em relação à volta do aumento da Selic. "A principal arma para conter a inflação, também desacelera a economia e, obviamente, impacta as

empresas de capital aberto. Porém, por outro lado, a queda dos juros nos Estados Unidos fará com que o fluxo saia do país e migre para países emergentes, como o Brasil, por exemplo. Nas próximas semanas saberemos quem ganha essa queda de braço. A nossa economia está andando com mais dificuldade, ou o dinheiro do resto do mundo entrando aqui", afirmou.

Projeções

O boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, trouxe revisões importantes nas expectativas macroeconômicas do mercado. Os economistas elevaram a projeção para a inflação de 2024, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que passou de 4,35% para 4,37%. Foi a



Bolsa recuou 0,38%, ontem, enquanto dólar sobiu 0,49%

nona semana consecutiva de altas expectativas para o indicador do custo de vida. Para 2025, a projeção também subiu, passando de 3,95% para 3,97%.

Além da inflação, o Focus trouxe um ajuste para cima nas projeções do Produto Interno Bruto (PIB) de 2024, que passou de

2,96% para 3%. No que diz respeito à taxa Selic, os analistas aumentaram a projeção para 2024, passando de 11,25% para 11,50%, após a alta recente de 0,25 ponto percentual decidida pelo Copom. Para os anos seguintes, as projeções indicam uma Selic de 10,50%, no fim de 2025, e de 9,50%, em 2026.

» Greve suspende Tesouro Direto

A Secretaria do Tesouro Nacional informou, ontem, que não houve venda de títulos, ontem, por meio do Tesouro Direto por causa da greve dos servidores da instituição. Em razão de "restrições operacionais", todos os agendamentos de compra previstos foram cancelados e o órgão, em nota, que recomendou ainda que os investidores façam novos agendamentos. O Tesouro ressaltou ainda que as operações de resgate antecipado e agendamentos serão realizadas normalmente hoje.